

2º CBCS CONGRESSO BRASILEIRO
CIÊNCIA E SOCIEDADE

**me
lho
res
trabalhos**

2021





CENTRO UNIVERSITÁRIO SANTO AGOSTINHO – UNIFSA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
NÚCLEO DE APOIO PEDAGÓGICO - NUAPE

Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA

Publicado por UNIFSA em associação com Lestu Publishing Company

Núcleo de Comunicação- NUCOM

Design Gráfico, Editoração e Organização: Ana Kelma Cunha Gallas

Preparação de originais: Edson Rodrigues Cavalcante

Diagramação: Ana Camilla Gallas

TI publicações OMP Books: Eliezyo Silva

Arte Gráfica: Odrânio Rocha

Lestu Publishing Company: editora@lestu.org

Esta obra possui uma licença Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International (CC BY-NC-ND 4.0).

© 2021 UNIFSA

Congresso Brasileiro Ciência e Sociedade

E-mail: cics@unifsa.com.br

Todos os capítulos deste livro foram submetidos, aprovados e apresentados na Congresso Brasileiro Ciência e Sociedade- CBCS 2021, sendo selecionados como os melhores trabalhos apresentados em Grupos Temáticos do evento.

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

U58 GALLAS, Ana Kelma Cunha; GOMES, Alisson Dias; CRONEMBERGER; Izabel Herika Gomes Matias.

Conhecimento e Tecnologia para o Desenvolvimento Social: trabalhos premiados no 2º Congresso Brasileiro de Ciência e Sociedade - CBCS 2021 | Centro Universitário Santo Agostinho / Ana Kelma Cunha Gallas; Alisson Dias Gomes; Izabel Herika Gomes Matias Cronemberger (Orgs.). Teresina: UNIFSA, 2021/São Paulo: Lestu, 2021

171 p.; online

ISBN: 978-65-996314-8-1

DOI: 10.51205/lestu.978-65-996314-8-1

Disponível em: lestu.org/books

1. Pesquisa. 2. Inovação. 3. Sustentabilidade. 4. Ciência. I. GALLAS, A. K. C. (Org.). II. GOMES, A. D. (Org.). III. CRONEMBERGER, I. H. G. M. (Org.). IV. Título. V. UNIFSA. VI. CBCS

CDD: 904.

Índices para catálogo sistemático:

1. Educação, Pesquisa, Temas Relacionados: Ciência. Trabalhos acadêmicos. Anais.



LESTU PUBLISHING COMPANY
Editora, Gráfica e Consultoria Ltda
Avenida Paulista, 2300, andar Pilotis
Bela Vista, São Paulo, 01310-300, Brasil.
editora@lestu.org www.lestu.com.br

2º CBCS CONGRESSO BRASILEIRO
CIÊNCIA E SOCIEDADE



2021



1

Os desafios no uso das metodologias ativas no curso de direito

Lívia Augusta César da Silva Pereira¹
Rosália Maria Carvalho Mourão²

INTRODUÇÃO

As metodologias ativas apesar de citadas por alguns autores em décadas passadas iniciou seu processo de ampliação dentro deste século. O curso de direito em específico, por ser uma carreira com disciplinas embasadas por leis, doutrinas e jurisprudências, fontes com vasta teoria, encontra resistência por partes dos cursos de graduação e principalmente por parte dos docentes, que consideram as novas abordagens tecnológicas como permeadas por nuances que apresentam dificuldades. Além disso, o fato de o estudante de Direito passar por uma série de avaliações no modelo tradicional, como ENADE, Exame de Ordem e Concursos Públicos, faz com que esse seja um argumento para a não mudança de diferentes abordagens metodológicas.

Em torno disso a diversidade metodológica atua na sala de aula com uma nova conotação e buscará melhora da interação professor-aluno e pela busca por maiores habilidades. O professor tem um papel direcionador, facilitador e o aluno deixa o polo passivo e passa a ter a responsabilidade na busca pelo seu conhecimento

1 Acadêmica de Direito – Centro Universitário Santo Agostinho/UNIFSA.
Contato: @lacsperreira@gmail.com

2 Docente do curso de Direito – Centro Universitário Santo Agostinho/UNIFSA.
Contato: rrosapi@yahoo.com.br

e isso permite que ele obtenha maior percepção da realidade bem como maior reconhecimento dos seus pontos de fragilidade, dessa forma trabalhará de maneira direcionada.

METODOLOGIA

Um estudo qualitativo descritivo com o levantamento de literaturas que abordam o tema metodologias ativas e metodologias no curso de Direito. Após seleção são realizadas as leituras, fichamentos e arquivamento das informações para posterior sistematização, análise e interpretação dos dados abordados, de modo a direcionar os resultados para o estudo mais dinâmico e interativo dentro do curso de Direito.

São selecionadas literaturas que abordem a temática de metodologias ativas e metodologias ativas direcionadas ao curso de Direito em livros, livros eletrônicos e artigos científicos. São coletados dados dos últimos dez anos e em português.

A pesquisa ainda está com dados parciais pois faz parte do Projeto Pibic das autoras, intitulado “Metodologias Ativas no Curso de Direito”. Por não haver pesquisa com seres humanos não será necessário submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa – CEP que é regido pela Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. O estudo é restrito à busca de dados através de literaturas já publicadas.

Com a possível publicação dos dados deverá ser seguido e respeitado os preceitos éticos e legais quanto aos direitos autorais e legitimidade das obras. Os riscos em realizar este projeto estão na possibilidade de não encontrar publicações com os critérios estabelecidos no método. Caso isso ocorra será realizado um novo critério: aumento da data de publicação e inserção em outros idiomas como inglês e espanhol. Diante das informações obtidas durante o levantamento, compete ao pesquisador resguardar em sigilo qualquer informação que possa causar constrangimento.

Os benefícios desta pesquisa é ampliar o conhecimento sobre o tema, promover esclarecimentos sobre como inserir novas metodologias dentro do curso de Direito de forma a aumentar a interação professor-aluno e gerar reflexão sobre essa abordagem.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa está ocorrendo exclusivamente através de levantamento bibliográfico. A partir da análise dos textos selecionados foi possível avaliar quais poderiam compor a referência bibliográfica seguindo os critérios de inclusão e exclusão. Foram selecionados vinte e cinco artigos, porém cinco foram excluídos, um porque só estava disponível o resumo/abstract e os outros quatro porque tratavam de outras ciências, portanto não condiziam com a realidade da docência voltada para o ramo jurídico.

A metodologia ativa busca a autonomia do discente ao colocá-lo como centro do processo ensino-aprendizagem e a migração do professor para o papel de facilitador. Com essa postura busca-se causar a reflexão do aluno para que crie sua autonomia dentro de casos concretos e com situações de aprendizagem significativas (DIAS; CHAGA, 2017).

A massiva entrega de textos teóricos que pouco descrevem a prática entra em contradição com a nova geração de estudantes digitais que não estão limitados a quatro paredes. Trabalhar novas formas de abordagem de conteúdo e diversificar as ferramentas é uma forma de alcançar novas estratégias de aprendizagem (RIBEIRO, 2017).

Pinto et al. (2012), acredita que as metodologias ativas são um desafio para os professores, pois para envolver os alunos em discussões reflexivas e críticas é necessário dedicação, tempo para planejar atividades de forma rotineira, busca de técnicas e propostas adequadas de acordo com cada temática e aptidão na condução do

processo de aprendizagem de forma que incentive a participação do aluno.

Fonfoca et al. (2018), propõem que é possível trabalhar metodologias ativas a partir de atividades didáticas já existentes com adaptações de propostas metodológicas que modifiquem o processo de aprendizagem, aulas expositivas participativas, lançamento prévio de questionamentos em busca de conceitos e análise crítica, além da disponibilidade de textos e vídeos que favoreçam a participação dos alunos.

Para Cortelazzo (2018), com o passar dos anos houve uma modificação na perspectiva metodológica e didática. A ideia de punição a não aprendizagem cai em desuso e se transforma na convicção de que para assimilar conteúdo é necessária uma avaliação contínua de modo a recuperar esse estudante de forma recorrente em busca de resultados finais mais satisfatórios. Para isso torna-se necessário maior aproximação do professor com o aluno para a formação do conhecimento.

As práticas como ensino à distância e ambientes virtuais são novas estratégias que permitem criar situações didáticas que contribuem para um novo olhar e de forma a construir uma ação colaborativa de aprendizagem (RIBEIRO, 2017).

As transformações na esfera pedagógica podem ser traçadas através de mudanças mais suaves com o modelo curricular tradicional (maior envolvimento do aluno através das metodologias ativas, ensino interdisciplinar, sala de aula invertida) ou podem ocorrer de forma mais transformadora com mudanças no projeto pedagógico de modo a inovar no processo de aprendizagem desde a modificação da sala de aula, redesenho do projeto pedagógico do curso, espaço físico, atividades com desafios, problemas para que cada aluno aprenda no seu próprio ritmo e com os outros grupos (MORÁN, 2015).

Atividades em grupo são outras formas de melhoria do aprendizado com a formação colaborativa e social, pois integram e permitem a cooperação dos estudantes. Atendimentos por redes sociais e e-mails poderão ser usados para disponibilizar materiais, instigar conteúdo, disparar lembretes, vídeos, trocas de informações, tirar dúvidas e incentivar as atividades e exercícios em sala. Outra abordagem é a sala de aula invertida em que o material é disponibilizado para ser estudado em casa e o tempo de aula usada para discussões, dúvidas, exercícios, projetos e jogos (FONFOCA et al., 2018), Oliveira (2016), acredita que o ensino superior necessita promover mudanças de paradigmas para enfrentar seus desafios. Para isso é necessário confrontar o tradicional em busca do novo com dinamicidade e em busca de soluções.

Cortelazzo (2018), apresenta sugestões sobre possíveis metodologias que podem aumentar a eficácia do processo de aprendizagem e que vão além da sala de aula expositiva como estudos de caso, filmes, teatralização, jogos, seminários e debates, aprendizagem baseada em projetos e problemas. Paulo Freire, educador e filósofo brasileiro, apresentou como proposta de ensino a aprendizagem baseada em problemas, que surge através do desafio de conectar a teoria com a prática na sala de aula e que provoca no aluno a percepção de buscar o próprio conhecimento para aplicá-lo em casos concretos e assim trazer para o centro da aprendizagem (DIAS; CHAGA, 2017).

Ghirardi, Feferbaum (2013), acreditam que introduzir o aluno como sujeito ativo na aprendizagem necessita de uma reflexão do manuseio desse processo em direção aos campos dos saberes. Na formação do profissional do Direito é preciso fazer uma releitura do curso, do saber e do ensino de forma que possa direcioná-los para uma metodologia participativa que mantenha uma reflexão e avaliação constante e crítica.

Ghirardi e Feferbaum (2013), questionam a necessidade da transversalidade do conhecimento para o profissional do Direito e é nesse aspecto que se levanta a reflexão sobre a formação da classe de modo a prepará-lo de forma integral e sistêmica. A especialização do profissional do Direito limita sua preparação, pois novos desafios surgem na sociedade e para enfrenta-las é preciso trabalhar seus conhecimentos de acordo com a ampla realidade vivida de forma que efetive cada vez mais a função da profissão que é a busca por Justiça.

Temas como a transversalidade, transdisciplinaridade e interdisciplinaridade são foco para transformar e emancipar o ensino, inclusive no curso de Direito. Esse envolvimento permitirá que o discente deixe a academia com uma visão holística do trabalho, sociedade e cidadania. Quando ocorre essa relação entre as matérias é possível integrar temas relevantes, interação do aluno com a realidade e a construção de um saber jurídico crítico e criativo. Mas para isso é necessário desconstruir a ideia da especialização, tanto do aluno como do docente e atentar para o compromisso de ambos somados ao compromisso institucional (GHIRARDI; FEFERBAUM, 2013).

Masetto, Zukowsy-Tavares e Wild (2014), trazem em seu estudo a ideia de que os métodos convencionais de ensino já não atendem as perspectivas sociais na formação dos profissionais. Em sua pesquisa ao analisar uma faculdade de direito com um novo modelo pedagógico encontraram como pontos de abordagem o incentivo a utilização de novas tecnologias e técnicas de ensino que permitem uma formação com maior competência e habilidade de forma analítica e crítica através de casos, simulações e problemas. Essas situações contrariam às aulas expositivas que permitem apenas o conhecimento e/ou compreensão de conceitos prontos.

Outro ponto é observar o pluralismo pedagógico (não há melhores métodos para todas as finalidades) e o experimentalismo

(reinvenção crítica de métodos descritivos). Esses conceitos podem ser associar com novas estruturas para os planos de disciplina, preparo antecipado de materiais para os alunos, formação de grupos de professores com acompanhamento pedagógico para se observar o atual ensino jurídico e promoção de adaptações técnicas didáticas de forma a gerar um currículo inovador (MASETTO; ZUKOWSY-TAVARES e WILD, 2014).

Ao oferecer ao aluno situações práticas e/ou reais é possível uma formação jurista de maior capacidade e um desses pontos é introduzir o mais precoce o estágio profissional. Para Ghirardi, Feferbaum (2013), o processo de aprendizagem no Direito, não está nem na teoria com doutrinas nem na prática cotidiana, está na forma como o aluno fará articulação desses pontos de forma que uma desafie a outra e vice-versa. Para isso é necessário que o sujeito pense, experimente, reflita e gere resultados de acordo com seus valores.

Moura, Tassigny e Silva (2018), trabalham a ideia de associação entre novas tecnologias e a sala de aula através de uma reestruturação didática, com a finalidade de capacitar e aumentar o rendimento dos alunos. Outro ponto que os autores abordam é o tripé necessário para o sustento desse novo modelo pedagógico: alunos, professores e instituições que devem trabalhar a ideia do ensino híbrido que integra diferentes metodologias de ensino com o intuito de aperfeiçoamento e eficiência. Acreditam que dessa forma há maior engajamento dos alunos, estímulo a um pensar crítico e desenvolvimento de habilidades socio-emocionais. Como exemplos dos métodos de aprendizagem relacionadas ao curso de Direito podemos citar o Diálogo Socrático, Clínica de Direito, Método de Caso, PBL (Problem-Based Learning), Role Play, Seminários e Sala de aula invertida (GHIRARDI, FEFERBAUM, 2013).

Pereira Junior, Matos (2018), trabalham a ideia de ir além da letra da lei, da busca pela capacidade argumentativa e do docente

trabalhar ideias reflexivas acerca dos métodos de aprendizagem. Para isso é possível nortear a formação dos profissionais do Direito através da Resolução nº 9 de 29 de setembro de 2004 pela Câmara de Educação Superior do CNE/MEC que apresenta em seu texto o perfil esperado do aluno de Direito e os objetivos, em que um dos seus pontos aborda que a formação do profissional deve ir além da técnica, com formação geral e humanística.

Em relação aos textos selecionados é possível destacar alguns pontos importantes levantados pelos autores. Melo (2018), por exemplo, coloca que o curso de Direito passa por desafios em relação à metodologia ativa porque possui características intrínsecas voltadas para ações mais pragmáticas e menos flexíveis; e que exigem do professor maior criatividade e disposição. Para que haja engajamento e uma boa formação dos futuros profissionais é necessário um ensino transformador com metodologias e estratégias de ensino para estimular professores e alunos.

Para Melo (2018), Dentro do contexto da pesquisa um dos pontos mais importantes considerados pela pesquisadora foi a descoberta do STHEM BRASIL, um consórcio que incentiva a capacitação docente para formação de um ensino de excelência. As ações dessa iniciativa não são voltadas especificamente para o ensino jurídico, mas dentro de suas atividades houve a presença de professores e coordenadores do curso de Direito, o que mostra o fortalecimento da iniciativa para novos olhares diante desse curso.

Com o fichamento dos textos foi possível observar duas críticas ao sistema de ensino. A primeira é um conceito que começa a ser inserido: Desperiodização, em que o aluno escolhe as disciplinas que irá cursar, independente do período o qual está cursando. Isso faz com que não haja uma sequência lógica no aprendizado porque o próprio aluno avança sem ter visto conceitos essenciais. Além disso não cria um vínculo institucional e social, o que dificulta

formar linhas contínuas de conhecimento diante das práticas, visto que nem todos os alunos terão visto os mesmos conceitos (MELO, 2018).

O outro ponto é o aluno considerado desmotivado. Para Mur-Miranda (2018), “Não se pode dizer que o aluno é desmotivado, ainda que o contrário seja possível, vale dizer, a motivação pode ser intrínseca, a desmotivação, no entanto, é a incapacidade do mediador de despertar no sujeito interesse pelo objeto”, portanto cabe ao docente observar aquele aluno com maior dificuldade de interação e buscar estratégias para inseri-lo dentro do processo de aprendizagem e proporcionar uma autonomia estudantil.

Dentro da pesquisa já realizada foi possível encontrar diversas formas de usar novas abordagens metodológicas dentro do curso de Direito. Jogos como Adedonha recursal e Pôquer recursal, usados dentro da disciplina de Direito Processual; sala de aula invertida, usados dentro da Disciplina de Direito Internacional; atividades como *Brainstorming* (tempestade de ideias) para levantar e formular hipóteses, elaboração de mapas conceituais, gerar a problematização de um fato jurídico e relacionar as fontes do Direito. Todas essas são propostas que buscam colocar o aluno no centro do conhecimento e reduzir ao máximo o papel passivo do discente (ROSA, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo ensino aprendizagem passa por uma evolução. Cada dia há uma busca maior para o engajamento do aluno dentro das situações de aprendizagem para que seja o protagonista na produção de conhecimento.

O desenvolvimento do estudo se faz importante pois a partir dessas novas abordagens metodológicas dentro dos cursos de Direito é possível aprimorar as propostas pedagógicas já existentes além de contribuir com inovações dentro desse campo de ensino jurídico.

Com a diversidade metodológica atualmente existente a sala de aula ganha uma nova conotação e busca melhorar a interação professor-aluno na busca por maiores habilidades. O professor passa a ter um papel direcionador, facilitador. Já o aluno deixa o polo passivo e passa a ter a responsabilidade na busca pelo seu conhecimento e isso permite que ele obtenha maior percepção da realidade bem como maior reconhecimento dos seus pontos de fragilidade e dessa forma passe a trabalhar de maneira direcionada. Dentro do curso de Direito, diante de teorias e leituras extensas, as metodologias ativas proporcionam um novo olhar a abordagens dos conceitos e desmistifica a ideia do curso está restrito apenas a teorias. Para isso torna-se necessário trabalhar com mudanças. Olhar o Direito de forma concreta, articular com situações cotidianas são possibilidades que uma nova abordagem metodológica poderá inserir para melhor visão do aluno e de modo que aumente o seu senso crítico e percepção da realidade profissional. O protagonismo do discente no curso de Direito permitirá associação de situações reais com leis e doutrinas apresentadas obrigatoriamente no meio acadêmico. Dessa forma é provável que ao sair da faculdade o aluno tenha uma percepção ampliada, não apenas do mercado de trabalho, mas da rotina e aplicabilidade das normas que regem o Direito. Além disso torna o professor um facilitador e os alunos os protagonistas do processo ensino-aprendizagem, esses aspectos tornam-se um diferencial para a formação do profissional das carreiras jurídicas. Inserção no processo pedagógico para promover conteúdo mais dinâmico, interativo e com desenvolvimento de potencialidades.

REFERÊNCIAS

CORTELAZZO, A. L. *et al.* **Metodologias ativas e personalizadas de aprendizagem:** para refinar seu cardápio metodológico. Rio de Janeiro: Alta Books, 2018.

DIAS, S. R.; CHAGA, M. M. Aprendizagem baseada em problema: um relato de experiências. *In:* DIAS, S. R.; VOLPATO, A. N. (Orgs.) **Práticas Inovadoras em Metodologias Ativas.** Florianópolis: Contexto

Digital, 2017. 174p. Disponível: http://www.saojose.br/wp-content/uploads/2018/09/praticas_inovadoras_em_metodologias_ativas.pdf. Acesso: 05 de fev. 2020.

FONFOCA, E. *et al.* **Metodologias pedagógicas inovadoras:** contextos da educação básica e da educação superior. Curitiba: Editora IFPR, 2018. 197 p. v. 1. Disponível em: https://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2018/08/E-book-Metodologias-Pedag%C3%B3gicas-Inovadoras-V.1_Editora-IFPR-2018.pdf. Acesso em: 06 de fev. 2020.

GHIRARDI, J. G.; FEFERBAUM, M. (Orgs.) **Ensino do direito em debate:** reflexões a partir do 1º seminário ensino jurídico e formação docente. São Paulo: Direito GV, 2013. Disponível em: Acesso em:

MASSETO, M. T.; ZUKOWSY-TAVARES, C.; WILD, A. **Metodologias ativas em cursos de graduação em Direito.** EdUECE, 2014. Disponível em: <http://www.uece.br/endipe2014/ebooks/livro2/METODOLOGIAS%20ATIVAS%20EM%20CURSOS%20DE%20GRADUA%C3%87%C3%83O%20EM%20DIREITO.pdf>. Acesso em 05 de fev. 2020.

MELO, F. S. O jogo como método ativo de aprendizagem do Direito Processual Civil. **Revista de Direito FAE – RDF.** v. 1 n. 1 (2019). Disponível em: Acesso em: 28 de abr. 2020.

MORÁN, J. Mudando a educação com metodologias ativas. *In:* SOUZA, C. A.; MORALES, O. E. T. (Orgs.) **Convergências midiáticas, educação e cidadania:** aproximações jovens. Vol II. Coleção mídias contemporâneas. Ponta Grossa: UEPG Foca, 2015. Disponível em: Acesso em: 04 de fev. 2020

MOURA, T. I. M.; TASSIGNY, M. M.. SILVA, T. E. V. O uso de tecnologias no ensino jurídico. **Revista Univap.** São José dos Campos/SP, v. 24, n. 45, Edição Especial, 2018. Disponível em: revista.univap.br. Acesso em: 05 de fev. 2020.

PEREIRA JÚNIOR, A. J.; MATOS, L. G. Metodologias ativas aplicadas à disciplina Direito do Trabalho na Faculdade Paraíso do Ceará. **Rev. Jurídica.** v. 50, n. 01, Curitiba, 2018. pp. 185 – 208. Disponível em: revista.unicuritiba.edu.br. Acesso em: 05 de fev. 2020.

PINTO, A. S. S. *et al.* Inovação Didática - Projeto de Reflexão e Aplicação de Metodologias Ativas de Aprendizagem no Ensino Superior: Uma

Experiência com “*Peer Instruction*”. **Janus, Lorena**, ano 6, n. 15, 1jan./jul., 2012. Disponível em: <http://unifatea.com.br/seer3/index.php/Janus/article/view/289/260>. Acesso: 05 de fev. 2020.

RIBEIRO, O. M. A produção de textos em sala de aula sem paredes: um desenho curricular em construção. In: DIAS, S. R.; VOLPATO, A. N. (Orgs.) **Práticas Inovadoras em Metodologias Ativas**. Florianópolis: Contexto Digital, 2017. 174p. Disponível: http://www.saojose.br/wp-content/uploads/2018/09/praticas_inovadoras_em_metodologias_ativas.pdf. Acesso: 05 de fev. 2020.

ROSA, G.A. **Metodologia ativa no ensino do Direito**: uma proposta de aula invertida para disciplina de Direito Internacional. Universidade do Oeste Paulista. Disponível em: <https://sigeve.ead.unesp.br>. Acesso em: 08 de abr. 2021.o

**me
mo
res
trabalhos**

2^o CBCS CONGRESSO BRASILEIRO
CIÊNCIA E SOCIEDADE



LESTU
Publishing Company

